

ENTREVISTA/JOSÉ JÚLIO SENNA

# ‘O Brasil precisa crescer mais’

Marco Antônio Cavalcanti - 03/10/95

CARLOS FRANCO

■ O economista José Júlio Senna, 50 anos, diretor-superintendente do Banco Graphus e ex-diretor do Banco Central, está indignado com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) — a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país — no ano passado, de 2,9%, e a previsão de 3,5% a 4% para este ano. “São taxas mediocres para uma economia que tem fôlego para crescer, em média, 7% ao ano”, disse em entrevista ao JORNAL DO BRASIL. Para esse professor licenciado da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, com Ph.D. pela americana Johns Hopkins University, a explicação para as baixas taxas de crescimento do PIB está no déficit público. “O governo está minando recursos da poupança interna que poderiam ser aplicados pelo setor privado a taxas menores, ao comprometer os com a dívida pública a taxas elevadas”. Para José Júlio Senna, que acabou de concluir a leitura de *The clash of civilizations*, de Samuel Huntington, e de *Trust*, de Francis Fukuyama, é preciso mergulhar na formação cultural dos países para compreender a evolução econômica e a atuação do Estado em relação às demandas da sociedade, inclusive as medidas mais recentes, no Brasil e no mundo. À luz dessas leituras, disse ter concluído que Raimundo Faoro antecipou em décadas, no livro *Os donos do poder*, a análise hoje feita por diversos pesquisadores. E que aponta que os países com experiência feudal impuseram mais facilmente a descentralização do poder. O próprio economista lançou pela Topbooks, em 1995, *Os parceiros do rei*, com relançamento previsto para este ano e onde aborda a herança cultural e o desenvolvimento econômico. A seguir os principais pontos da entrevista:



## Colonização

“O fato de Portugal não ter passado por um período feudal levou aquele país desde cedo a ter um poder central forte, sem que houvesse autonomia por parte de suas comunidades, que passaram a viver à sombra do rei, dependentes de suas benesses. Tanto que, já no século 12, Portugal se constituiu no primeiro Estado-nação da Europa. E manteve, na relação com suas colônias, essa centralização do poder, que ainda permeia países como o Brasil, onde o poder local tem menos importância, para a própria comunidade, que o poder central. E cidades como o Rio de Janeiro, onde a Coroa Portuguesa fixou residência, têm mais identidade com o que se passa no país e no mundo do que propriamente na cidade. Exatamente o contrário do que, como ressaltou Raimundo Faoro, ocorreu nos países onde houve feudalismo, organização da comunidade pela base e, portanto, maior preocupação com espaço onde se vive e trabalha. E para o capitalismo essa experiência feudal foi importante, porque fortaleceu as relações de capital e trabalho, antecipando regras de mercado e abrindo espaço para o desenvolvimento e até a distribuição da renda. Para compreender essa questão mais claramente, basta apontar as diferenças de colonização entre o Brasil e os Estados Unidos. Aqui, os portugueses vinham para ganhar dinheiro e retornar à Europa, enquanto os puritanos deixavam a Inglaterra em direção à América para construir uma nova sociedade, onde tivessem liberdade religiosa. Tanto que quando a Coroa inglesa decidiu intervir mais naquela colônia, fizeram uma revolução. E se mantiveram mais ligados aos seus núcleos do que propriamente ao poder central federativo, que surgiu com esta revolução, e ao qual olham, ainda hoje, com desconfiança”.

## Ética do trabalho

“Outro aspecto interessante na comparação entre a colonização no Brasil e nos Estados Unidos, está na ética do trabalho. Lá, como as pessoas iam com o objetivo de construir uma nova sociedade, trabalhavam para tanto. E como eram puritanos progrediram. Isso porque para os protestantes ganhar dinheiro com o trabalho não é motivo de culpa ou vergonha, ao contrário do catolicismo do período colonial que enraizou um sentimento de culpa em relação ao dinheiro. Aqui, as pessoas vinham com o objetivo de fazer riquezas e viver, depois, à sombra do rei, ser parceiro do rei. E, como não pensavam em morar para sempre, pouco faziam para a construção de uma comunidade e também como não queriam trabalhar, prolongaram ao extremo, por mais de três séculos, a escravidão. O fim da escravidão e a qualidade de mão-de-obra escrava, que também não tinha vínculo com o local, levaram a um inchamento do Estado, do qual o país ainda não se livrou”.

## A cultura estatizante

“A economia colonial forçou o Estado a crescer para atender às demandas dos senhores de engenho, que por incompetência em tocar os negócios se agregavam em volta da Coroa, usufruindo de seus favores e títulos. Os parceiros do rei transformaram-se em servidores públicos sem vocação e sem vontade de trabalhar. Com o fim da escravidão, esse inchamento da máquina do Estado foi ainda maior e essa cultura foi mantida pela República porque muitos proprietários de engenhos não sabiam e não queriam plantar, nem seus pares. No ciclo republicano, os parceiros do presidente davam o exemplo de como

viver sem trabalhar. E ainda garantiam a perenização desses ganhos. Essa distorção cultural explica porque, no Brasil, as pessoas conseguem se aposentar com menos de 50 anos, e também as inúmeras exceções que foram surgindo no regime da Previdência para atender aos lobbies próximos ao poder. Por isso é necessária a reforma da Previdência, para pôr fim a essas distorções. Mas na medida em que a reforma é posta em discussão, os mesmos lobbies começam a se organizar para perpetuar privilégios que conquistaram junto ao poder. É preciso ter firmeza para fazer a reforma. O mesmo se aplica à reforma administrativa, que pode mudar o perfil do servidor público e do Estado

## Déspota esclarecido

“A centralização do poder levou ainda a população a identificar-se com quem o exerce quando é atendida em seus pleitos, ou quando quem ocupa o poder central é suficientemente forte ou carismático. Getúlio Vargas, por exemplo, comandou no Brasil uma revolução similar a que comandou o Marquês de Pombal em Portugal, no século 17. Vargas modernizou os meios de produção e forçou o surgimento da indústria nacional. E, por ter atendido reivindicações sociais, como uma legislação trabalhista para reger esse novo ciclo, passou a ser visto como o pai dos pobres. O Estado paternalista está enraizado na formação cultural do Brasil a partir de Portugal. E é curioso que, mesmo sob regime autoritário, o déspota

goze da garantia de manutenção de poder concedida pela própria população”.

## Centralização

“Eu não vejo a razão da existência de um Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Brasil, exceto pelo fato de que aqui, até mesmo os setores produtivos, sempre viveram à sombra do Estado, aguardando seus investimentos. É essa distorção que ficou da colonização e da era Vargas: os setores esperam o governo dar o norte por conta da centralização das decisões, até das mais simples como a sobrevivência no futuro. E mais, todos aguardam e têm esperança de que o governo irá financiar seus empreendimentos. Isso criou uma acomodação, e, por isso, muitas empresas não sabem sequer como captar recursos no mercado internacional ou na banca privada, ou não querem porque aguardam a benevolência de linhas especiais criadas pelo Estado. Além disso, temos uma tradição de empresas familiares, diferentemente de países como Japão e Alemanha, onde existem as corporações de capital aberto. Fukuyama analisa esta questão a partir do raio de confiança restrito e extenso. No caso das empresas familiares, esse raio é restrito, enquanto nas corporações de capital aberto é extenso. Ou seja, procura-se parceiros, além do horizonte familiar, para investir mais e modernizar-se, não temendo a chamada perda do controle. O raio de confiança restrito é o que leva muitos setores a se associarem ao poder

central. E tanto pior quando este poder central, como no Brasil, tem por tradição atender aos lobbies. Há pressão por parte da indústria de brinquedos, por parte do setor automotivo, mas não tenho notícia de que algum empresário tenha pego um avião para Brasília para pedir mais recursos para a educação, que é função do Estado, mesmo sabendo que a falta de investimento na educação leva à precariedade da mão-de-obra”.

## Abertura comercial

“O Brasil sempre foi, até bem pouco tempo, uma das economias mais fechadas do mundo, o que tinha profunda relação com a articulação do poder central com os lobbies. E muitas vezes com o papel exercido pelo Estado de criar espaço para uma determinada atividade, por meio de estatais ou participações nos empreendimentos, do qual o BNDES era o meio desse repasse; muito mais visivelmente até a década de 80, quando o banco mudou essa formulação e deu um caráter mais profissional à sua gestão. Durante o período colonial, o país viveu da monocultura, sem ampliar suas fronteiras. E assim, continuou, ora vivendo de um segmento ou outro, sem abrir as fronteiras para as novidades do mundo do trabalho. A globalização, da qual a comunicação, a informática e os transportes, são elos vitais, expôs o brasileiro ao mundo e a sociedade passou a exigir maior abertura. A abertura comercial foi resultante dessa pressão dos que não queriam perder o bonde da história. E as exceções a este processo, ainda partem daqueles que alimentam a cultura da dependência em relação ao Estado”.

## A oportunidade perdida

“O Brasil está perdendo uma oportunidade fantástica de se beneficiar da liberalização comercial dos anos 90 por conta do câmbio sobrevalorizado. Ao abrir as fronteiras, o país conquistou espaço não só para importar mais, como também para exportar mais. É isso que move as relações de comércio, mas quando o câmbio favorece mais as importações do que as exportações, essa possibilidade inexistente. É claro que nenhum economista sensato irá defender uma alteração no câmbio para estimular as exportações. Mas é preciso aperfeiçoar o câmbio. Isso porque quando o mercado perceber que o déficit nas contas correntes, onde se inclui o balanço de pagamentos (o que país deve em dólares) e balança comercial, comprometer parte significativa das reservas cambiais de US\$ 60 bilhões, esse ajuste será feito, de qualquer jeito”.

## Déficit público

“Ao perder oportunidades, como a de ampliar as exportações, o país está crescendo pouco. A taxa de crescimento de 2,9% do PIB e a previsão de 3,5% a 4% este ano me deixa indignado, como deveriam ficar todos os brasileiros. São taxas mediocres para uma economia que tem fôlego para crescer até 7%. Na Coreia, há protestos nas ruas porque a economia cresceu apenas 6,5% no ano passado. É claro que parte deste freio no crescimento está nas taxas de juros, que inviabilizam as empresas de tomarem recursos nos bancos. Mas é preciso, sobretudo, combater o déficit público, que está minando os recursos que poderiam ser aplicados pelo setor privado, a taxas menores. É para isso é preciso enfrentar de frente as reformas administrativas, da Previdência e fiscal, que mexem na cultura intronizada no Estado e nas suas relações de dependência.”